

Ajuda Memória - Acompanhamento Progestão nº 23/2016/COAPP/SAS

Documento nº 00000.065398/2016-03

Em 18 de novembro de 2016.

Assunto: 3ª Oficina de Planejamento e Acompanhamento do Progestão – Bahia
Nº do Processo Progestão: 02501. 000329/2014
Evento: <input checked="" type="checkbox"/> Oficina de acompanhamento <input type="checkbox"/> Reunião <input type="checkbox"/> Videoconferência
Local: Sala de reunião da DIREG, 4º andar, INEMA, Avenida Ulysses Guimarães, 600 - Centro Administrativo da Bahia - CAB Cidade: Salvador/BA.
Data: 18/08/2016
Instituições participantes ANA, INEMA, CONERH-BA.

Relato

1. A 3ª Oficina de Acompanhamento do Progestão no estado da Bahia, realizada em 18/08/2016 na sede do INEMA (pauta anexa), teve início com o debate sobre as certificações conduzidas pelas Unidades Organizacionais (UORGs) da ANA relativas ao exercício de 2015 e, na sequência, foram analisadas as dificuldades percebidas para o cumprimento das metas no ano de 2016. Participaram representantes da ANA, INEMA e do CONERH, conforme lista de presença anexa.
2. Assim, inicialmente foram debatidas as duas metas de cooperação federativa que não atenderam integralmente os critérios exigidos, a saber: I.1 Integração de dados de usuários de recursos hídricos (CNARH) e a I.4 Prevenção de eventos hidrológicos críticos (Sala de Situação). Rosane (COMON) apresentou justificativas para contestar a nota de 80% obtida nessa meta. Informou que as estações gerenciadas pela CPRM apresentaram problemas que impactaram na obtenção de dados pelo INEMA. As equipes informaram que irão recorrer, pois entendem que já haviam cumprido os critérios exigidos. Foi esclarecido que a Nota Técnica nº 22/2016/COAPP/SAS, enviada em 13/07/2016, já prevê um prazo para atender essa situação em que as avaliações são questionadas pelo ente estadual.
3. Para o cumprimento da meta I.1 - Integração de dados de usuários de recursos hídricos (CNARH) em 2016, Rita Góes (COGEC) apresenta as dificuldades encontradas no cadastro com os sistemas disponíveis no INEMA. Ela relata as dificuldades de rastrear os dados que estão nos processos antigos para inserção no cadastro do CNARH40. Explica que são vários processos dispersos em diversos sistemas, além do fato de muitos não serem digitalizados. Questiona a informação da data final da autorização de dispensa de outorga, campo obrigatório no CNARH40 que, até manifestação contrária do INEMA, está regularizado sem a estipulação de um horizonte para a validade do ato. George Silva (DIRAG/CORHI) citou a perda de informações no CNARH pela ANA.
4. Em relação à meta 1.2 - Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas, Rita informa as dificuldades com os dados existentes para os poços e solicita reuniões de compatibilização de dados entre o INEMA e a CPRM para águas subterrâneas.
5. Quanto à meta 1.3 - Contribuição para o conhecimento, George solicita o envio de ofício pela ANA, tendo em vista o prazo antecipado para o cumprimento desta meta.
6. Sobre a meta 1.4 - Prevenção de eventos hidrológicos Críticos, Rosane (COMON) questiona quais as estações de monitoramento integram a meta do Progestão, considerando que algumas vêm apresentando problemas de funcionamento e o INEMA não possui gestão sobre as mesmas para realizar manutenção, pois estão sob responsabilidade da CPRM.
7. Para a meta 1.5 - Atuação para segurança de barragens, sob coordenação de Maria

Quitéria Oliveira (COSEB), não foi apresentada nenhuma dificuldade para o seu atendimento.

8. Em relação às metas estaduais foram levantados diversos pontos. Todas as questões identificadas foram registradas na planilha de acompanhamento e planejamento, anexa a esta Memória.

Principais encaminhamentos ou providências a serem tomadas

9. A equipe apresentou um planejamento para a utilização dos recursos do Progestão, detalhado por meta. Este documento foi enviado à direção do INEMA, por meio de Nota Técnica.

10. Em relação à certificação de 2015, o estado informou que irá recorrer sobre as metas 1.1 e 1.4 que não foram consideradas atendidas.

11. O desafio para o ano de 2016 será colocar em pleno funcionamento a operacionalização do Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos –SEIA, unificando os bancos de dados para emissão de outorgas.

Conclusões

12. A oficina atendeu aos objetivos, cumprindo a programação proposta. Registra-se que as equipes do estado da Bahia estão engajadas para cumprir adequadamente as metas de cooperação federativa e as metas no âmbito estadual.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
TÂNIA REGINA DIAS DA SILVA
Gestora do Contrato nº 033/ANA/2014
Portaria ANA nº 348, de 05 de outubro de 2015

De acordo. À SAS para conhecimento.

(assinado eletronicamente)
LUDMILA ALVES RODRIGUES
Coordenadora de Apoio e Articulação com o Poder Público

Ciente, para anexar ao processo.

(assinado eletronicamente)
HUMBERTO CARDOSO GONÇALVES
Superintendente de Apoio ao Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos



Progestão

Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas

3ª Oficina de Planejamento e Acompanhamento do Progestão – Bahia

Data: 18/08/2016

Horário: 9h00 às 17h30

Local: Sala de reunião da DIREG, 4º andar, INEMA, situado na Avenida Ulysses Guimarães, 600 - CAB, Salvador - BA.

Participantes: Coordenadores e Técnicos do INEMA e demais profissionais envolvidos com ações relacionadas ao cumprimento das metas federativas e estaduais no âmbito do Progestão –BA.

Objetivos:

- ✓ Planejar e acompanhar as ações que deverão ser realizadas para atender o cumprimento das metas federativas e estaduais no ano de 2016;
- ✓ Identificar dificuldades e propor alternativas para atender as metas federativas e estaduais pactuadas.

Programação:

- ✓ Realizar análise crítica das variáveis pactuadas no quadro de metas (manhã);
- ✓ Propor as ações necessárias para o cumprimento das metas pactuadas (tarde).

Metas Federativas

Análise de cada variável e seus níveis – realizar uma análise crítica de cada variável prevista no Quadro de Metas, identificando os principais pontos críticos.

Metas Estaduais

Avaliação das variáveis, por metas estaduais, para facilitar a autoavaliação e a certificação.

Execução dos recursos do Progestão – identificar os principais problemas para a utilização dos recursos, dos resultados esperados e executados.

METAS DE COOPERAÇÃO FEDERATIVA

3ª OFICINA DE PLANEJAMENTO DATA: 18/08/2016

ID	Variáveis	Ponto Focal	Descrição da Meta	Instituição/Unidade Responsável no Estado	Status da Meta <i>(Se e for o caso, informar dificuldades já identificadas e que ameaçam o cumprimento da meta)</i>	Ações necessárias para garantir o cumprimento da meta	Custo Estimado (R\$)	Fonte de Recursos	Prazo de Execução
I.1	Integração das bases cadastrais	Rita Goes - COGEC	Dados de usuários de recursos hídricos regularizados disponibilizados no CNARH	INEMA / COGEC Rita Goes, Juliana Araujo, Joana Barreto	Portarias emitidas em DO do estado estão sendo inseridas no CNARH. Em processo de localização os processos antigos e dispersos nos vários sistemas do INEMA, ainda não digitalizados, pois há necessidade de consulta física. Dificuldades em novos campos, não disponíveis, a serem inseridos no CNARH como obrigatórios, principalmente para validade nos processos de dispensa. Para qualificar a meta estão sendo revistos os cadastros de 2015. No SEIA está sendo desenvolvido módulo de cadastro que terá interface com o CNARH 40. Registra-se a condição de contingenciamento financeiro atual do estado.	Reforço de 2 técnicos para a equipe e garantia da manutenção dos 2 técnicos que trabalham atualmente, verificando as possibilidades de contratação e capacitação da equipe via recursos Progestão. É necessário que a ANA garanta maior estabilidade do funcionamento do CNARH 40.	R\$ 300 mil (Previsão de gasto para contratação e capacitação da equipe)	Progestão e INEMA	20/jan/17
I.2	Compartilhamento de informações sobre águas subterrâneas	Rita Goes - COGEC	Informações complementares sobre poços disponibilizadas no CNARH	INEMA / COGEC / NOUT	Falta de informações dos processos de dispensas de outorga e dos processos antigos. Contingenciamento financeiro do estado.	Maior alinhamento com os processo de outorga. Reforço de 2 técnicos para a equipe e garantia da manutenção dos 2 técnicos em vias de contratação e capacitação com recursos Progestão. É necessário que a ANA garanta maior estabilidade do funcionamento do CNARH 40.	Recursos compartilhados com a Meta 1.1	Progestão e INEMA	28/fev/17
I.3	Contribuição para difusão do conhecimento	George - CORHI	Dados disponibilizados para o Relatório "Conjuntura dos Recursos Hídricos"	INEMA / DIRAG / CORHI George e Antonio	Existência de vários sistemas com informações pulverizadas sobre recursos hídricos e disponibilização ineficiente de dados.	Intensificar o processo de unificação dos sistemas existentes no INEMA.	Elevado custo (sem estimativa)	INEMA	31/out/16
I.4	Prevenção de eventos hidrológicos críticos	Eduardo Topázio - COMON	Manual Operativo da Sala de Situação, produção de boletins e manutenção corretiva para a adequada transmissão e disponibilização de dados telemétricos das PCDs	INEMA / DIFIN/COMON - Topazio, Adma e Rosane	Dificuldade na manutenção corretiva das estações (PCDs) e problemas na aquisição de peças. Dificuldade na logística para viagem de campo para realização das manutenções (falta motorista para atender todas as demandas do órgão). Dificuldade em realizar manutenção e operação das estações sob guarda da CPRM. Falta capacitação das equipes do INEMA. Contingenciamento financeiro do estado.	Fornecimento de peças de reposição em tempo hábil por parte da ANA. Necessidade de capacitação da equipe por parte da ANA. Fornecimento de notebook em número suficiente para realização do serviço. Não incluir na avaliação de 2016 as PCDs que estão precisando de manutenção por falta de peças que deverão ser fornecidas pela ANA.	Acima de R\$ 400 mil	Progestão e INEMA	31/dez/16
I.5	Atuação para segurança de barragens	Maria Quitéria - COSEB	Cadastro, classificação e regulamentação da política de segurança de barragens de domínio estadual	INEMA / DIRAG	Alterações nos prazos de entrega do empreendedor para os atendimentos da RSB 2016 através da Resolução do CNRH aprovada em reunião de 29 de junho de 2016.	Aquisição de licença do software ARCGIS para cálculo da mancha de inundação para definição do DPA.	R\$ 40 mil	Progestão e INEMA	31/jan/17

METAS	PESO	ID	VARIÁVEIS	META	AUTO-AVALIAÇÃO	DESAFIO?	SITUAÇÃO / PRINCIPAIS PROBLEMAS E DIFICULDADES IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	PRAZO	CUSTO ESTIMADO (R\$)	FONTE DE RECURSOS	OBSERVAÇÕES
META II.2 - Variáveis Legais, Institucionais e de Articulação Social	20	1.1	Organização institucional do modelo de gestão	4	4	NÃO	A estrutura do órgão gestor dificulta a operacionalização da gestão de recursos hídricos de modo integrado. Quando da junção do IMA e do INGÁ para o INEMA a cultura do órgão ficou centralizada na gestão de Meio Ambiente ficando a gestão de Recursos Hídricos dispersa em diferentes diretorias e com pouco foco. Há superposição de competências entre a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) e a Secretaria de Infraestrutura Hídrica (SIHS).	Avaliar a estrutura organizacional do órgão gestor e compor uma comissão de gestão para integração dos procedimentos e proposição de novo arranjo institucional na área de gestão de recursos hídricos. Identificar a sobreposição de competências com a SIHS.	Bruno Jardim, George e Topazio	dez/16	Sem previsão	INEMA	Esta é uma ação de tomada de decisão política institucional, por isto envolve outras estruturas de governo além da SEMA e do Inema, havendo uma capacidade relativa de resolução da situação apenas com os entes citados.
		1.2	Organismo(s) Coordenador/Gestor	4	4	NÃO	Problema de contigenciamento financeiro do Estado e necessidade de ampliação do corpo técnico das instituições, além da necessidade de definições de atribuições.	Necessidade de integrar os sistemas de informação do órgão e efetivar todos os servidores do concurso público, além de promover novo concurso público. Necessário também instituir o regimento do órgão e alterar sua estrutura organizacional de modo a tornar mais efetiva e menos dispersa a gestão de recursos hídricos, assim como a ambiental.	Bruno Jardim, George e Topazio	contínuo	Sem estimativa	INEMA	Nesta ação é necessário envolver o corpo técnico da Sema e do Inema e, sobretudo os tomadores de decisão, ou seja, a alta cúpula da Secretaria e do órgão gestor.
		1.3	Gestão de processos	2	2	NÃO	Necessidade de organizar e atualizar os normativos legais para embasar as análises técnicas de outorga. Definir fluxos e procedimentos para a cobrança, fiscalização, cadastro de usuários e monitoramentos dos recursos hídricos.	Padronizar e criar fluxos e procedimentos das atividades do órgão para temas específicos, sendo que alguns envolvem, por questões legais, os comitês e o CONERH, bem como definição de entendimentos jurídicos para sua definição, por exemplo: criação de procedimentos de outorga para aproveitamento hidroelétrico (Ex: DRDH)	Gisele, Rita, Topazio, Monica, Miguel, Lilian	dez/17	Sem estimativa	INEMA	Necessário envolver o corpo técnico do Inema, em especial a Coordenação de Ações Estratégicas (COAES), responsável pela organização e estruturação administrativa dos processos normativos e procedimentos do órgão, além dos organismos colegiados do sistema de recursos hídricos, como os comitês e o Conselho.
		1.4	Arcabouço legal	4	4	NÃO	Existe um arcabouço legal bem definido por leis e decretos estaduais, bem como resoluções do CONERH e portarias e instruções normativas do órgão gestor, mas que necessitam serem organizadas e atualizadas para otimizar a implementação dos instrumentos da política de recursos hídricos, bem como se adequar às novas realidades e demandas da sociedade.	Organizar, atualizar e criar as normativas legais e instrumentos da política de recursos hídricos. O CONERH já está realizando uma revisão de todas as suas deliberações, bem como a SEMA e o Inema já estão propondo alterações na Política Estadual de Recursos Hídricos, bem como sua normatização.	Gisele, Rita, Topazio, Monica, George	jan/18	Sem estimativa	INEMA	Necessidade de envolver os integrantes do SEGREGH. Contudo alterações na legislação dependem de outros entes externos ao sistema.
		1.5	Conselho Estadual de Recursos Hídricos	4	4	NÃO	O conselho é atuante, tendo renovado recentemente sua composição. Atualmente, as câmaras técnicas estão iniciando a agenda de trabalho com foco em ações de implantação e normatização dos instrumentos de gestão. Entre eles, a aprovação do enquadramento dos corpos de água das bacias hidrográficas, a implantação da cobrança, os procedimentos de emissão de outorgas, a implantação das agências de bacias, além do acompanhamento do Progestão.	Maior integração do Conselho com o órgão gestor e o executor. Capacitação dos conselheiros em gestão de recursos hídricos envolvendo as ações do Progestão.	Mariana Mascarenhas, Samir, Bruno, George	dez/16	Até dez/16 aproximadamente R\$30 mil reais considerando reuniões de câmaras técnicas e ordinárias do CONERH	SEMA	O custo estimado leva em consideração a quantidade de reuniões de câmaras técnicas e de reuniões plenárias do conselho, vez que cabe à SEMA no papel de Secretaria Executiva viabilizar a realização das mesmas, bem como o custeio da participação da sociedade civil. Realizar capacitação dos membros do CONERH sobre as ações do Progestão, até abril de 2017 com o apoio da ANA.
		1.6	Comitês de Bacias e Organismos Colegiados	3	3	NÃO	Os comitês estão em processo eleitoral para renovação de seus membros. Prevê-se a finalização desse processo em agosto. Dificuldades no excesso de prorrogação de mandato dos comitês. Excessos de vacância e a grande extensão das bacias dificultaram as mobilizações. Dependência financeira do órgão gestor que não permite maior autonomia dos colegiados.	Adequação no calendário com 2 reuniões semestrais e acompanhar os comitês de bacias para a elaboração do plano e capacitação para os novos membros. Instituição da cobrança e criação de suas agências de bacia.	George, Antonio e Joanna Paroly	dez/17	Sem estimativa	INEMA	Inserir e/ou ampliar a participação dos membros dos CBHs no Plano de Capacitação do Sistema.
		1.7	Agências de Água e Entidades Delegatárias	2	2	NÃO	Discussão da implementação da cobrança nas RPGAs do RNI e Paraguaçu, na região do Atlântico Leste, e nas RPGA dos rios Grande e Corrente, na região do São Francisco, envolvendo os Comitês. Necessidade de definição da normatização por parte do CONERH para a instituição da cobrança.	Instituição das câmaras técnicas nos Comitês para discussão e construção da proposta da cobrança, bem como no CONERH. Definição pelo estado que precisa ser ratificada pelos Comitês e pelo Conselho, para a existência de 2 Agências no estado, uma responsável pelas bacias da região hidrográfica do São Francisco e outra pelas bacias da região hidrográfica do Atlântico Leste.	Bruno Jardim, George, Monica e Elba Alves	dez/17	sem estimativa	INEMA e SEMA	Esta ação precisa do envolvimento de todo o sistema estadual de recursos hídricos.

METAS	PESO	ID	VARIÁVEIS	META	AUTO-AVALIAÇÃO	DESAFIO?	SITUAÇÃO / PRINCIPAIS PROBLEMAS E DIFICULDADES IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	PRAZO	CUSTO ESTIMADO (R\$)	FONTE DE RECURSOS	OBSERVAÇÕES
		1.8	Comunicação Social e Difusão	3	3	NÃO	Atualizar as informações no site do INEMA sobre a gestão de recursos hídricos (ex: cadastro de perfuradores de poços, outorgados e outorgas concedidas). Inexistência de prática de divulgação das ações desenvolvidas pelas áreas. Falta uma "cultura" de interlocução entre a assessoria e as diretorias finalísticas do Inema que impedem o avanço de ações estratégicas e pontuais de comunicação, necessárias para a manutenção da imagem pública do sistema hídrico e de meio ambiente do Estado. Problemas de ordem orçamentária dificultam a realização de campanhas mais massivas de comunicação, bem como a confecção de material gráfico de uso contínuo para estas campanhas. Pouca interlocução com os CBHs.	Disponibilização de pautas diárias, mensais ou semanais para o envio à ASCOM. Manter um fluxo de diálogo permanente de modo que possamos estabelecer parcerias e coberturas das ações. Verificar demandas das áreas finalísticas que precisam ser divulgadas nos canais de comunicação do órgão, como no site. Formalizar a sinalização de balneabilidade das praias através de um sistema eletrônico moderno e dinâmico com utilização também de aplicativos móbile.	George, Antonio e Andre/ASCOM	dez/17		Interno / Externo / Iniciativa Privada	Necessidade de envolver as diretorias do Inema, bem como os CBHs e o CONERH.
		1.9	Capacitação Setorial	3	3	NÃO	Realizado levantamento interno para as demandas de capacitação na área de RH e articulação com a SEMA na construção do plano de capacitação. Participação nas oficinas do projeto DesenvolveRH da ANA que contribui para a realização da Meta.	Concluir as demandas para a capacitação para elaboração do plano de capacitação e articulação com a SEMA	Maria do Carmo e Antonio/ DIRAG	dez/16	sem estimativa		Necessidade do Inema estabelecer um diálogo próximo com a área de trata do Plano de Capacitação dos integrantes do Sistema.
		1.10	Articulação com setores usuários e transversais	2	3	NÃO	Existe uma articulação com os setores de usuários e não se restringe só no âmbito dos colegidos (CBHs e CONERH).	Identificação de novas demandas e necessidades relativas a questão dos recursos hídricos. Como exemplo, a construção em conjunto com a SIHS do Plano Estadual de Recursos Hídricos, articulação e ações junto com a FIEB (Federação das Indústrias do estado da Bahia) para ações no São Francisco e no Recôncavo Norte e com a FAEB (Federação da Agricultura do Estado da Bahia) para ações no São Francisco e no Paraguauá.	Bruno, George e Antonio	Contínuo	sem estimativa	Tesouro do estado e das instituições envolvidas	
		Total de variáveis avaliadas			10								
META II.3 - Variáveis de Planejamento	5	2.1	Balanço hídrico	3	3	NÃO	O estado possui o balanço hídrico proveniente do PERH de 2004 com revisão de 2011, estando algumas bacias necessitando de revisão, sobretudo aquelas com forte dependência das águas subterrâneas, por questões da base de informação deficiente, bem como aquelas com forte demanda hídrica. Atualmente os estudos de balanço hídricos serão contemplados nos planos de bacias que estão em elaboração.	Estão em execução 9 Planos de Bacia no estado, que farão um maior detalhamento dos balanços hídricos destas bacias, bem como estudos específicos em bacias que não possuem planos em andamento.	Bruno, George, Antonio e Rita	A partir de jul/17	R\$ 30 milhões	Tesouro do estado, Banco Mundial e BID	
		2.2	Divisão hidrográfica	3	3	NÃO	Definida pelo órgão gestor e aprovada pelo CONERH em 2008, com pequenas alterações, ocorrida em 2012. Atualmente, pensa-se em avançar na proposta para revisão nas divisões de RPGAs, com o intuito de melhorar a gestão dos recursos hídricos em áreas específicas do Estado.	Já foi construída uma nova proposta de regionalização para o Estado. Falta iniciar o debate do tema com os CBHs e o CONERH.	George e Antonio	jul/17	Sem estimativa		Proposta feita pela SEMA, a ser avaliada pelo órgão gestor, bem como pelos CBHs e o CONERH.
		2.3	Planejamento estratégico institucional	3	2	SIM	O Inema não possui planejamento estratégico. O Instituto foi criado através da Lei nº 12.212 de 04 de maio de 2011, promovendo a integração do Sistema de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia. Atualmente, o INEMA está em processo de reestruturação, inclusive na adequação da estrutura organizacional e competências das áreas, impedindo avançar nas discussões de um planejamento estratégico. Vale ressaltar que, antes da integração dos instrumentos de controle ambiental, os extintos órgãos gestores do meio ambiente e de recursos hídricos possuíam planejamento estratégico estabelecido.	Elaborar planejamento estratégico da Instituição. Articular com a COAES (Coordenação de Ações Estratégicas).	Lilian e Sheila	dez/18	Sem estimativa		Ação a ser realizada pela Direg e Diretorias de Áreas.
		2.4	Plano Estadual de Recursos Hídricos	4	4	NÃO	O Plano Estadual de Recursos Hídricos foi aprovado pelo CONERH, através da Resolução nº 01/2005, já tendo atualizado o Balanço Hídrico Superficial. Existe dificuldade de aplicação do Plano pelos gestores públicos, devido a não participação da sociedade na construção do PERH-BA, não resultando em um empoderamento dos diversos setores do Estado.	Revisão do Plano, com ampla participação social, além da articulação com outros instrumentos de planejamento do Estado, a exemplo do Zoneamento Ecológico Econômico.	Bruno	dez/18	R\$ 3,5 milhões	Buscar recursos externos	Esta ação está sobre responsabilidade da SEMA. O Inema irá acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos, mas não será responsável pela coordenação.
		2.5	Planos de Bacia	2	1	SIM	Atualmente não há planos de bacias aprovados em conformidade com a Lei Federal 9.433/97 e a Estadual 11.612/09. Existem Planos Diretores de Recursos Hídricos para algumas bacias do estado, mas anteriores à Política Nacional, logo não atendem vários princípios da mesma, entre estes o da gestão participativa. Estavam contratados 11 PRHs no estado, contudo ocorreu o cancelamento do contrato com a empresa por não cumprimento das exigências (baixa qualidade dos produtos) das bacias RHI e Paraguauá. O maior problema hoje é o contingenciamento dos recursos do Estado, que vem atrasando a execução dos planos com financiamento pelo tesouro estadual.	Concluir a elaboração dos planos contratados.	Bruno, George e Antonio	A partir de jul/17	R\$ 27 milhões	Tesouro do Estado e Banco Mundial	Envolvimento dos Comitês de bacia nessa ação, pois são estes os responsáveis pela aprovação dos Planos.

METAS	PESO	ID	VARIÁVEIS	META	AUTO-AVALIAÇÃO	DESAFIO?	SITUAÇÃO / PRINCIPAIS PROBLEMAS E DIFICULDADES IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	PRAZO	CUSTO ESTIMADO (R\$)	FONTE DE RECURSOS	OBSERVAÇÕES
		2.6	Enquadramento	2	2	NÃO	Enquadramentos contratados junto com os Planos de Bacias. Em casos especiais de algumas outorgas de lançamento de efluentes, o órgão gestor utiliza-se do enquadramento transitório dos rios para esta finalidade, conforme descrito na Resolução 91/09 do CNRH. A Bahia possui 3 Resoluções do CONERH e uma Portaria do Inema com este tipo de instrumento.	Concluir a elaboração dos planos contratados.	Bruno, George e Antonio	A partir de jul/17	Os mesmos dos planos de bacias, contrato único para a elaboração dos 2 instrumentos.	Tesouro do Estado e Banco Mundial	Envolvimento dos Comitês de bacia neste ação, pois são estes os responsáveis pela elaboração da Proposta de Enquadramento, que por sua vez será encaminhada ao CONERH para aprovação definitiva do enquadramento dos rios das bacias hidrográficas. Os custos para esta atividade são os mesmos dos Planos de Bacias.
		2.7	Estudos especiais de gestão	3	3	NÃO	Mantidos os estudos relacionados. O estado possui estudos para áreas específicas com problemas de gestão, a saber: estudos relacionados com disponibilidade hídrica do Baixo rio Salitre; estudo sobre o aquífero Uruçua em conjunto com a ANA; estudo piloto sobre a viabilidade da Cobrança para as Bacias Hidrográficas do Recôncavo Norte e Inhambupe e Paraguaçu; estudo sobre priorização de Enquadramento de Corpos de Água; estudo do aquífero cárstico e fissurocárstico da Bahia e Minas Gerais feito pela ANA; Plano de Revitalização do Rio Cachoeira; Nascentes do Paraguaçu, dentre outros.	Dar continuidade e amplia aos estudos, a exemplo dos Planos de Ações estratégicas para o Recôncavo Norte e Inhambupe e o rio Paraguaçu	Bruno, George, Elba, Zoltan	Contínuo	6.500.000,00	INEMA, Banco Interamericana e Petrobrás	Algumas destas ações envolvem a SEMA. Valor estimado refere-se 3.500.000,00 aos Planos de Ações Estratégicas do RNII e do Paraguaçu; 3.048.750,00 do Nascentes do Paraguaçu (petrobrás)
		2.8	Modelos e Sistema de Suporte à Decisão	3	2	SIM	Existem diversos sistemas mas os mesmos não estão integrados, cada instrumento de gestão tem seu sistema próprio.	Unificar os sistemas de forma integrada.	George, Antonio	dez/18	Sem estimativa	INEMA	
		Total de variáveis avaliadas			8								
		3.1	Base cartográfica	3	4	NÃO	Existe uma Subcordenção de Geoprocessamento reponsável pelo tratamento e organização de bases cartográficas específicas para recursos hídricos. A base cartográfica é resultante de um trabalho de digitalização de cartas topográficas dos anos de 1976 a 1980 na escala de 1:100.000. Esta base primeiramente passou por um trabalho de edição de junção de bordas com o intuito de adequação para produção de mapas específicos (elaborado por SEI e INGÁ). De forma mais recente, esta base vem sofrendo edições de unificarização de trechos e tratamentos topológicos para fins da Ottocodificação (até o momento para 7 RPGA completas e 3 em andamento). Além disso, este setor apoia na revisão dos produtos cartográficos gerados nos contratos em andamento no INEMA voltados à elaboração de planos de Bacia do Estado.	Consolidar a Ottocodificação como instrumento estratégico para os demais sistemas voltados para gestão de recursos hídricos do Estado, bem como orientar a aquisição de produtos cartográficos no tema de Recursos Hídricos, tecnicamente consistidos.	Adriano Cassiano e Fabiola Andrade	dez/16	Sem estimativa		
		3.2	Cadastros de Usuários e Infraestrutura	3	4	NÃO	Identificação de processos físicos não digitalizados de sistemas anteriores os quais estão sendo inseridos no CNARH40. Em desenvolvimento o módulo de cadastro no SEIA. Bbaixo quantitativo e capacitação da equipe técnica. Dispõe de cadastro de barragens, mas não de todo o conjunto de infraestruturas correlatas. Prevista contratação de empresa para a realização de 6 mil cadastros nas seguintes RPGAs: Recôncavo Norte e Inhambupe e Paraguaçu, através de recursos do PDA.	Continuar inserindo no CNARH40 os processos não digitalizados de sistemas anteriores. Conclusão do módulo de cadastro de usuários no SEIA. Aumento de capacitação da equipe técnica.	Bruno, George, Antonio, Rita, Quitéria	Contínuo	1.700.000	PDA	Dispõe de cadastro de barragens, mas não de todo o conjunto de infraestruturas correlatas.
		3.3	Monitoramento Hidrometeorológico	4	4	NÃO	A rede de monitoramento hidrometeorológico da Bahia é operada pela ANA/CPRM com 373 estações (219P e 154F) e INEMA com 253 estações (143P e 114F). O projeto de ampliação da rede, finalizado em 2015, prevê uma rede adequada para cobrir o Estado, com 626 novas estações (488P e 138F). A ampliação da rede para cobertura adequada, depende da disponibilidade de recursos financeiros para aquisição dos equipamentos e instalação. Já foi elaborado TDR para a aquisição e instalação, porém o Estado não dispõe de recursos devido ao contingencionamento em vigor dos últimos anos. Atualmente, a cobertura da rede existente em operação pelo Inema e pela ANA/CPRM é de 50,16% da rede planejada. Há necessidade de ampliar e treinar a equipe que atua na operação e na análise e consistência dos dados. Há necessidade de aquisição de peças sobressalentes e de notebooks para os trabalhos de manutenção preventiva e corretiva. Faltam recursos de adiantamento para aquisição de materiais de consumo em campo. Dificuldade de alocar recursos financeiros para pagar a operação e manutenção da rede fluviométrica, executada por empresa terceirizada.	1 - Articulação com a ANA, via acordo vigente, para: disponibilizar equipamentos para ampliação da Rede; treinar e capacitar equipe técnica; fornecer peças sobressalentes para as PCDs; fornecer notebook para manutenção preventiva e corretiva. 2 - Dar seguimento ao processo de aquisição das PCDs. TDR em tramitação no Inema. 3 - Dar seguimento ao processo de licitação para instalação, operação e manutenção da rede fluviométrica. TDR em tramitação. 4- Dar seguimento ao processo de licitação para contratar a análise e consistência dos dados gerados de 2000 a 2014. 5 - Disponibilizar recursos de adiantamento para as equipes de campo.	Eduardo Topázio / Adma e Rosane		Sem estimativa		

METAS	PESO	ID	VARIÁVEIS	META	AUTO-AVALIAÇÃO	DESAFIO?	SITUAÇÃO / PRINCIPAIS PROBLEMAS E DIFICULDADES IDENTIFICADOS	AÇÕES PROPOSTAS	RESPONSÁVEIS	PRAZO	CUSTO ESTIMADO (R\$)	FONTE DE RECURSOS	OBSERVAÇÕES
META II.5 - Variáveis Operacionais	5	4.1	Outorga de Direito de Uso	4	5	NÃO	Existe o Núcleo de Outorga vinculado à Diretoria de Regulação que emite outorgas para captação superficial, lançamento de efluentes, captação subterrânea e intervenção em corpo hídrico. No entanto, este setor não está inserido no organograma do Inema. Há um passivo grande de processos de outorga para analisar e, apesar de possuir um corpo técnico multidisciplinar, a quantidade de técnicos é insuficiente.	Oficializar o Núcleo de Outorga com a criação de uma Coordenação. Convocar mais especialistas em meio ambiente e recursos hídricos habilitados no último concurso do Inema para atuar no NOUT, sendo necessários 3 engenheiros (Agrônomo, Hídrico, Sanitaristas e Ambientais ou áreas afins); 2 Geólogos e 1 Hidrólogo. Outra alternativa é realizar a contratação de técnicos terceirizados para análise do passivo de processos existentes.	Leonardo, Robélia e Gisele		sem estimativa		Necessário o envolvimento da SEMA e áreas decisórias que estão fora da abrangência e competência da gestão de recursos hídricos.
		4.2	Fiscalização	4	4	NÃO	Falta articulação das áreas envolvidas com a ação de fiscalização e falta corpo técnico da DIFIM e capacitação na área de RH. Salientamos que os técnicos das Unidades Regionais lidam diariamente com a demanda e necessitam desse constante aperfeiçoamento. Definição das metas internas para um melhor planejamento e cumprimento com excelência daquilo que compete à DIFIM.	Melhorar a articulação com as áreas demandantes da fiscalização. Reforçar o quadro técnico, tornando-o suficiente para atender as demandas em número de profissionais habilitados, bem como qualificados. Aperfeiçoamento das ferramentas tecnológicas e estruturais/ equipamentos para a execução das demandas.	Bruno, Lucia, Rita, George, Antonio		Sem estimativa		
		4.3	Cobrança	3	3	NÃO	O Inema definiu 4 bacias prioritárias para implementação da cobrança: RNI, Paraguaçu, Grande e Corrente, além do pedido do CBH Salitre para iniciar os estudos na bacia. Necessidade de ampliação na articulação com as áreas envolvidas, reforço de corpo técnico e capacitação técnica na área de RH. Está desenvolvido o módulo de cobrança no sistema SEIA para iniciar nas bacias RNI e Paraguaçu. Continuidade das ações de articulação com as áreas envolvidas com a cobrança. Em andamento as ações visando à elaboração do Cadastro de Usuários com anexação de informações necessárias à implantação da cobrança pelo uso de recursos hídricos. Continuam em andamento as tratativas com os Comitês de Bacias do RNI e Paraguaçu para apresentação da Proposta de Cobrança a ser avaliada, modificada e/ou ratificada por esses comitês. Continuam em andamento as tratativas com o FERHBA. Necessidade de desenvolvimento de um sistema próprio de cobrança. Necessidade de contratação de corpo técnico e de capacitação de técnicos nas áreas envolvidas com a cobrança.	Continuar desenvolvendo as ações no módulo de cobrança no SEIA. Articulação com as distintas áreas envolvidas e fortalecimento das equipes das áreas envolvidas. Definir o arcabouço legal e as tratativas com os CBHs e o CONERH. Articulação com as distintas áreas envolvidas e fortalecimento das equipes. Iniciar o desenvolvimento do Sistema de Cobrança. Apresentar a Proposta de Cobrança aos CBH do RNI e Paraguaçu. Iniciar o treinamento de técnicos do INEMA nos setores envolvidos com a cobrança. Contratação de corpo técnico nas áreas envolvidas com a cobrança.	Bruno, George, Monica, Rita, Robelia, Elba,		Sem estimativa		
		4.4	Sustentabilidade Financeira do Sistema de Gestão	3	2	SIM	Situação em 24/08/2016: Total da despesa R\$31.864.649,11. Total da receita arrecadada R\$10.261.315,00 representando 32,20% da despesa executada. Estes dados referem-se a todo o custeio do órgão, não especificamente à gestão dos recursos hídricos. O sistema estadual de recursos hídricos dispõe de fontes próprias de arrecadação (ex.:cobrança pelo uso da água, cobrança por serviços de água bruta, multas, taxas, emolumentos, etc.), mas essa arrecadação representa menos de 20% dos recursos financeiros necessários para garantir a sua sustentabilidade financeira. Contingenciamento das ações de investimento no orçamento estadual.	Continuar desenvolvendo as ações no módulo de cobrança no SEIA. Articulação com a DIFIN para ações de fiscalização de usuários de recursos hídricos. Desenvolver ações que possam se traduzir no aumento da arrecadação para a gestão dos recursos hídricos, a exemplo da cobrança pelo uso da água.	Enio, Bruno, George e Antonio	dez/18	Sem estimativa		
		4.5	Infraestrutura Hídrica	3	3	NÃO	Sobreposição de ações de infraestrutura do Inema/SEMA com a SIHS e outros órgãos executores do Estado.	Necessidade ampliar a articulações entre a SIHS, SEMA e INEMA relacionadas com as ações de infraestrutura hídrica.	SISH, SEMA, Bruno, Marcia, George	Contínuo	Sem estimativa		

LISTA DE PRESENÇA

TEMA DO EVENTO: Reunião do Progestão 2016

LOCAL: Sala de Reunião da DIREG

DATA: 18 de agosto de 2016

HORÁRIO: 09h00 às 17h00

Nº	NOME POR EXTENSO	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	E-MAIL
1	Fosé George S. Silva	INEMA/DIRAG	71 3118-4144	george.silva@inema.ba.gov.br
2	ANTÔNIO VETEIRA MENEZES	INEMA/DIRAG	35184349	antonio.veteira@inema.ba.gov.br
3	Bruno Jardim da Silva	INEMA/DIRAG	71 3118-4100	bruno.jardim@inema.ba.gov.br
4	Tania Elaine da Silva	ANA/SAS	(61) 91095319	tanielda@inema.ba.gov.br
5	Maria Quintal de	INEMA/DIRAG	(71) 3118-4103	maria.quintal@inema.ba.gov.br
6	M ^o do Carmo N. Pereira	INEMA/DIRAG	(71) 3118-4145	maria.carmo@inema.ba.gov.br
7	Rosane Severina de Aquino	INEMA/COMEN	(41) 3118-4152	rosane.aquino@inema.ba.gov.br
8	Giseli Oliveira Neta da Silva	INEMA/INAT	(71) 3118-4265	giseli.silva@inema.ba.gov.br
9	Adriano T. Elbecho	2INEMA/COMAR	(71) 3118-4312	adriano.elbecho@inema.ba.gov.br
10	Joana Lúcia Santos Barreto	INEMA/COGEC	71 3118-4406	joana.lucia@inema.ba.gov.br
11	Juliana de Araújo Silva	INEMA/COGEC	71 3118-4406	JULIANAARAUJOSILVA@INEMA.BA.GOV.BR
12	Mathus Marcelles Gonçalves da Silva	INEMA/COGEC	(71) 3118-4406	MATHEUS.GONCALVES@INEMA.BA.GOV.BR
13	Eduardo Caldas Ribeiro	INEMA/COGEC	(71) 3118-4406	EDUARDO.CALDAS@INEMA.BA.GOV.BR
14	SAMIR SOUZA FELIPE	SEMA/SECEX	(71) 3115-6993	SAMIR.FELIPE@SEMA.BA.GOV.BR
15	RITA COÊS	INEMA/COGEC	(71) 3118-4406	rita.coes@inema.ba.gov.br
16				
17				
18				
19				
20				